

O governo tenta passar seu orçamento

O governo retomou ontem as negociações com o Congresso para tentar obter a aprovação do orçamento da União para 89, da forma como foi proposto. Enquanto alguns parlamentares se reuniam com o presidente Sarney, técnicos analisavam as alterações propostas pelo relator da Comissão de Orçamento, senador Almir Gabriel. À saída da reunião, um dos parlamentares revelou que o governo já admite negociar em separado as dívidas de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, os Estados que mais devem à União. E os técnicos do governo acabaram descobrindo algumas surpresas. Entre elas, a de que, se aceita a proposta do senador, haverá mais dinheiro do que o próprio governo pretendia para a construção da ferrovia Norte-Sul.

Cerca de 30 parlamentares atenderam ao chamado do presidente para negociar. Eles foram escolhidos pela assessoria presidencial por serem identificados como "pouco hostis" a Sarney. Formal no início, o presidente se descontraiu à medida que sentiu que o grupo de parlamentares queria dialogar. Didático, Sarney lembrou sua condição de parlamentar que viveu no Legislativo com e sem poder para emendar orçamentos.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, sentado ao lado de Sarney, explicou que o relatório do senador Almir Gabriel prevê o pagamento de apenas 3% da dívida vencida e a vencer o que provocaria um crescimento no déficit público. O ministro argumentou que "os Estados e a Federação não devem pagar pelo peso da dívida de São Paulo", como contou depois o deputado João Agripino Neto (PMDB-PB). Os números apresentados por João Batista de Abreu, no entanto, não convenceram todos os parlamentares. E o ministro ficou de voltar a discutir o problema na tarde de hoje.

"Reconheço a importância da mudança constitucional que devolveu ao Legislativo a atribuição de decidir sobre o orçamento", argumentou Sarney, preocupado em demonstrar que não há um confronto entre os poderes constituídos. Mas aproveitou para advertir os parlamentares que este novo poder do Legislativo deve ser exercido com "critério, espírito público e muita compreensão de cada um".

Com os números apresentados por Abreu, Sarney mostrou que o orçamento de 1989 vem definindo porque a União só ficará com 35% da arrecadação federal, bem distante dos 48% que a Constituição revogava garantia. Foram três horas de reunião, e Sarney colocou-se à disposição de todos, "a qualquer hora", para esclarecimentos. Quem não gostou da idéia foi o seu líder na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que a considerou dispensável. "Sarney já tomou quase três horas de seu tempo", ponderou Sant'Anna.

A uma hora da tarde, quando acabou a reunião, o deputado baiano disse que o encontro teve apenas o caráter de "início político das negociações". Segundo ele, mais complicada que a discussão sobre a rolagem da dívida dos Estados é a negociação em torno das emendas apresentadas pelos parlamentares ao projeto de orçamento do governo, que provocam um aumento de despesa de Cr\$ 380 bilhões.

Enquanto tudo isso acontecia, a Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria do Planejamento realizava um levantamento completo dos efeitos das emendas relacionadas no relatório do senador Almir Gabriel. Ali se descobriu, por exemplo, que os cortes atingiram a Siderbrás, recursos para custeio agrícola e o Ministério da Fazenda. Em compensação, foram criadas despesas extras no DNER, portos, Embraer, EBTU e ferrovia Norte-Sul.

O deputado Cid Carvalho, presidente da Comissão de Orçamento, convocou uma entrevista coletiva no meio da tarde para explicar que todas as modificações introduzidas no projeto tiveram o objetivo de "corrigir erros do Executivo", e que não poderiam aumentar o déficit público "porque a comissão não pode criar despesas novas, só transferir o dinheiro". Mas chegou a admitir a possibilidade de acordo.